



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

TERRITÓRIO, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CONFLITO

**A dimensão territorial da habitação de interesse social:
experiências de territorialidade em um conjunto habitacional
do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) em Londrina**

Thiago Gomes Souza ¹
Vera Lucia Tieko Suguihiro ²

Resumo: As políticas habitacionais no Brasil operam a implantação de conjuntos de HIS nas periferias urbanas, reproduzindo padrões de ocupação do solo excludentes. O artigo examina o impacto da implantação desses conjuntos na territorialidade, tendo como objeto as experiências de pessoas atendidas pelas políticas públicas, com o objetivo de identificar fatores determinantes da territorialização. Foram entrevistados moradores do Residencial Vista Bela, implantado em 2011, no PMCMV. Os resultados indicam que as transformações no território são consequência das iniciativas dos moradores, demonstrando a importância da participação e do controle social na implantação das políticas públicas de HIS em territórios periféricos.

Palavras-chave: territorialidade; políticas públicas; habitação de interesse social.

Abstract: Housing policies in Brazil focus on the implementation of social housing complexes in urban peripheries, reproducing exclusionary land occupation patterns. This article examines the impact of the implementation of these complexes on territoriality, focusing on the experiences of people served by public policies, with the aim of identifying determining factors of territorialization. Residents of the Vista Bela Residential Complex, implemented in 2011 under the PMCMV, were interviewed. The results indicate that the transformations in the territory are consequence of the residents' initiatives, demonstrating the importance of participation and social control in the implementation of social housing policies in peripheral territories.

Keywords: territoriality; public policies; social housing.

¹ Arquiteto e urbanista, mestre em Arquitetura e Urbanismo. E-mail: tsouza.arg@gmail.com.

² Assistente social, professora sênior no Programa Associado UEL / UEM de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, doutora em Serviço Social. E-mail: suguihiro@uel.br.



1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país marcado pela desigualdade e por injustiças sociais históricas, no qual a lógica capitalista levou à concentração de terras nas mãos dos mais ricos e ao processo de urbanização desigual, a partir de meados do séc. XX. O crescimento das cidades brasileiras orienta-se por instrumentos políticos que conduzem o processo de expansão capitalista, em um modelo de crescimento que resultou na formação de periferias urbanas, onde se concentra a população de baixa renda. Essa situação consolidou um espaço urbano caracterizado por contradições e conflitos, que se materializam no território e nas suas formas de ocupação.

As políticas públicas habitacionais no Brasil operam a partir da implantação de grandes conjuntos de Habitação de Interesse Social (HIS), que reproduzem os padrões de uso e ocupação do solo excludentes. A inadequação das políticas habitacionais levou ao adensamento das periferias, em um processo caracterizado pela segregação social e espoliação urbana (Kowarick, 1979). Mesmo com as iniciativas, de redemocratização, de elaboração do Estatuto das Cidades (2001) e a criação do Ministério das Cidades (2003), as cidades brasileiras continuam a apresentar dilemas políticos, econômicos e sociais no âmbito habitacional. Neste contexto, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), criado em 2009, constitui uma política pública que busca a contenção e redução do déficit habitacional, através de subsídios para a produção de empreendimentos de HIS. O PMCMV apresenta de forma inédita o subsídio para a denominada faixa 1, a população com renda familiar de 0-3 salários-mínimos. Se por um lado, o PMCMV cria a possibilidade de acesso à moradia para a população mais vulnerável, por outro lado, essa forma de provisão da moradia não realiza, na prática, a melhoria social da população atendida pela política pública de habitação.

Historicamente, o contexto habitacional de Londrina tem como uma de suas características a prática da remoção das famílias de baixa renda, que vivem em assentamentos irregulares, para conjuntos habitacionais periféricos (Ayoub *et al.*, 2019). Ao operar por meio dessas remoções, as políticas públicas que promovem a implantação de conjuntos de HIS ignoram a noção de territorialidade. Essa situação impacta a sociabilidade dos moradores, que são realocados para loteamentos isolados, distantes dos locais e vizinhanças com os quais possuíam vínculos. O resultado é a segregação socioespacial da população de baixa renda em regiões cada vez mais distantes da área central que, conseqüentemente, se compõem de espaços mais valorizados para os grandes capitais (Nalesso *et al.*, 2017, p.156). Ao mesmo tempo que buscam atender a necessidade de moradia para a população de baixa renda, as políticas habitacionais também contribuem para a conformação do espaço urbano sob a lógica capitalista. Dessa forma, as políticas públicas e a implementação de programas habitacionais não têm garantido o direito pleno à moradia no município de Londrina (Cordeiro, 2015, p.271). Essas políticas, que deveriam instituir o direito à moradia ao cidadão, estão na contramão desse processo, na medida em que desconsideram os aspectos culturais e identitários que permeiam o território.



Os territórios são construídos no bojo das relações sociais, são dinâmicos e relacionais. O Estado constrói e destrói o que o sujeito leva anos para construir. Percebemos aqui a retirada dessas famílias de seu lugar de origem, colocando-as em um lugar de conflito, de não pertencimento, ou seja, essas pessoas estão desterritorializadas e aquelas que persistem levarão anos para que esse novo bairro seja um território que elas se reconheçam (Cordeiro, 2015, p.232-233).

As mudanças são rupturas de grande impacto para a sociabilidade dos moradores atendidos pelas políticas públicas habitacionais, resultam na desterritorialização, pela falta do senso de pertencimento e da conexão das pessoas com o território. A territorialidade influencia a relação das pessoas com o ambiente construído, e se desdobra em atributos socioambientais, como a identificação com o lugar e com a vizinhança, o sentimento de pertencimento e a criação de laços sociais e afetivos com o território.

O território sempre envolve, ao mesmo tempo, a dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem. Quando o Estado define, por meio de seus programas habitacionais, o espaço que será ocupado por esses conjuntos e seleciona quem irá neles habitar, de certa forma está disciplinando, engessando, direcionando, obscurecendo a vida desses sujeitos, fazendo estes decidirem onde e como morar (Cordeiro, 2015, p.231).

A territorialidade é um fator fundamental para a qualidade de vida das pessoas nas cidades, em sua relação cotidiana no espaço em que vivem e no qual interagem umas com as outras. As redes de sociabilidade são construídas no território em que se vive, e proporcionam aos seus moradores o sentimento de comunidade e pertença, o que gera segurança e bem-estar e qualifica a vida urbana.

O pertencimento do sujeito ao local, associado à carência de proteção, concede à moradia um direito fundamental que assegure o alcance de uma vida digna. A moradia será mais adequada quando passar a respeitar a diversidade cultural e identitária dos sujeitos (Cordeiro, 2015, p.241).

Os sujeitos, em decorrência de sua origem, formação e cultura, se apropriam do lugar onde passam a depositar afeto. É no território que as pessoas vivem a sua história. O território, com o qual o morador se identifica, traz uma rede de relacionamentos com pessoas e com os serviços públicos que usa (Cordeiro, 2015, p.237). Na sociedade urbana, o sentido de pertencimento percorre a vivência individual das pessoas através das experiências cotidianas que elas têm no local onde moram.

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 2007, p. 22).

Este artigo pretende aprofundar a compreensão sobre o impacto da implantação de conjuntos de HIS na territorialidade da população atendida por políticas habitacionais, explorando as relações entre território, desenvolvimento e conflito. O estudo tem como objeto as experiências de territorialidade das pessoas atendidas pelas políticas habitacionais. O objetivo é identificar os fatores que determinam a territorialização da população nos conjuntos de HIS.

A pesquisa foi realizada por meio de trabalho de campo no Residencial Vista Bela, conjunto de HIS na região norte de Londrina, implantado em 2011, a partir da política pública do PMCMV.

2 IMPLANTAÇÃO DO RESIDENCIAL VISTA BELA

A origem do Residencial Vista Bela, localizado na região norte da cidade de Londrina-PR, remonta ao lançamento, em 2009, do PMCMV, e à aprovação do parcelamento do lote nº 2 da Gleba Jacutinga, limítrofe à malha urbana consolidada. Os lotes foram adquiridos por três construtoras Protenge, Terra Nova e Artenge, que formaram um consórcio para participar do PMCMV na execução das unidades habitacionais. A formação do consórcio entre as construtoras revelou-se um artifício para contornar uma restrição do PMCMV que impunha um limite de 500 unidades habitacionais por empreendimento, sendo essa restrição um meio para evitar grandes aglomerações populacionais na implementação do programa (Zanon; Cordeiro; Araújo Junior, 2015, p.209). Ao ultrapassar o limite das 500 unidades habitacionais imposto pelo PMCMV, o consórcio formado para o Residencial Vista Bela obteve um máximo aproveitamento das áreas, reduzindo custos e, conseqüentemente, obtendo maior lucro, a partir da standardização da produção. O Residencial Vista Bela foi formado por meio de 10 processos de aprovação distintos, contornando a legislação e viabilizando a implantação de um aglomerado que extrapolou o número máximo de unidades permitido para esse modelo de empreendimento no PMCMV.

No aspecto de sua localização, o Residencial Vista Bela seguiu e reforçou um padrão observado desde os anos de 1970, quando foram implantados em Londrina os primeiros conjuntos habitacionais com recursos do BNH.

Figura 1 – Implantação do Residencial Vista Bela.



Fonte: Protenge Engenharia (2011).



Segundo Zanon, Cordeiro e Araújo Junior (2015, p.202), o Residencial Vista Bela segue um padrão adotado pelo poder público em Londrina, que direcionou o crescimento urbano para a região Norte da cidade, implantando núcleos residenciais em terrenos distantes do centro, em localidades de baixo valor imobiliário.

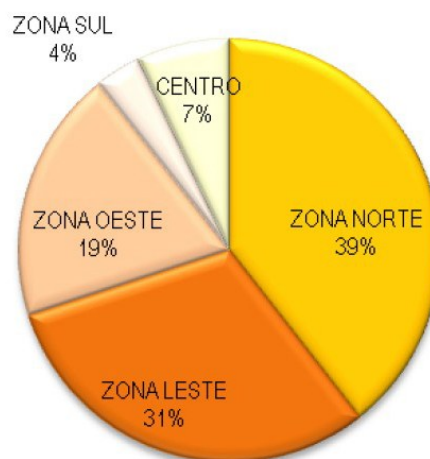
A população do Residencial Vista Bela foi formada a partir de uma seleção de moradores, de acordo com as normas do PMCMV, e com as políticas públicas municipais de Londrina. A responsabilidade pelo cadastramento das famílias, seleção e entrega das unidades ficou a cargo da Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD). A população do Residencial Vista Bela foi formada a partir de uma seleção de moradores de assentamentos precários em Londrina. O perfil social resultante é o de famílias de baixa renda, de todas as regiões da cidade, oriundas em grande parte de ocupações irregulares, sendo em sua maioria chefiadas por mulheres negras (Passini; Zampar, 2023, p.4). Muitas famílias que foram morar no bairro encontravam-se em situação de vulnerabilidade social, associada a condições inadequadas de moradia em ocupações irregulares em fundos de vale. Uma das problemáticas na composição das famílias foi a vinda de moradores de diferentes regiões da cidade, com divergências socioculturais e particularidades que não foram consideradas no momento da escolha.

Gráfico 1 – Procedência das famílias do Residencial Vista Bela.

NÚMERO TOTAL DE FAMÍLIAS



NÚMERO DE LOCALIDADES



Fonte: Zanon, Cordeiro e Araújo Junior (2015).

Para minimizar o impacto dos deslocamentos das famílias de diferentes regiões da cidade, a COHAB-LD adotou um critério para a seleção das famílias beneficiadas pelo PMCMV. Concentrou os moradores de um mesmo assentamento original em uma mesma quadra no Residencial Vista Bela. O que se verificou na prática foi o rompimento do princípio de territorialidade e uma lógica de microterritórios, com suas próprias lideranças, ao invés de um território unificado que acolhesse o Vista Bela como identidade (Ayoub, 2019, p.47). As famílias se estabeleceram em núcleos voltados à sua própria microterritorialidade, sem que houvesse tido um planejamento de integração na vizinhança e com o próprio bairro (Alcântara, 2018).

Além das questões sociais implicadas na formação populacional, o Residencial Vista Bela apresenta na sua concepção precariedades decorrentes da falta de uso adequado do espaço público no bairro e as condições desfavoráveis das áreas livres e verdes, que são fundamentais para uma boa qualidade ambiental no espaço urbano. Do ponto de vista dos usos, contrariando as noções de diversidade importantes para uma boa qualidade de vida urbana, o projeto original do Residencial Vista Bela contemplou exclusivamente uso residencial. A busca por maior taxa de lucro por parte dos empreendedores responsáveis pela construção do Residencial Vista Bela, levou à aprovação dos projetos em terrenos exíguos e contíguos, com repetição na implantação das tipologias arquitetônicas e soluções construtivas e implantação resultam num ambiente monótono, repetitivo e de baixa qualidade urbana e ambiental.

Figura 2 – Visão geral do Residencial Vista Bela.



Fonte: Roberto Custódio (2011).

A priorização pelo maior número de unidades habitacionais conforma uma paisagem urbana homogênea, onde a implantação de espaços públicos se limita ao cumprimento das dimensões estabelecidas por lei (Ayoub, 2014, p.66). O tratamento dirigido aos espaços livres de uso público nos conjuntos de HIS, resulta em projetos caracterizados pela baixa qualidade do empreendimento para as pessoas beneficiárias do PMCMV, prejudicando a qualidade do ambiente urbano e o cumprimento de suas funções de lazer e socialização (Ayoub, 2014, p.107). Para uma população vulnerável, com a vida permeada de carências e situações restritivas, as praças públicas em conjuntos de HIS têm a potencialidade de abrigar as funções de lazer, socialização e circulação, além de serem os locais onde se concretizam as expressões de territorialidade.



As condições de implantação do Residencial Vista Bela podem ser caracterizadas como permeada de precariedades, necessidades e expectativas dos moradores não atendidas. A falta de territorialidade desencadeou diversos problemas no cotidiano do território, agravada pela falta de senso de pertencimento dos seus moradores e a falta de estabelecimento de laços afetivos em uma vizinhança. Ao operar por meio de remoções de assentamentos irregulares, os programas e empreendimentos de HIS ignoraram a noção de territorialidade para se constituir em seus locais de moradia. Esses procedimentos são operados pelo poder público, visando atender interesses privados, configurando um processo de reprodução da segregação socioespacial em conjuntos de HIS.

Para compreender as implicações urbanas e sociais do processo de implantação de HIS, a perspectiva do território é central, considerando que a experiência direta dos moradores tem um caráter qualitativo inestimável para a compreensão do fenômeno da territorialidade. A problematização do senso de pertencimento da população periférica deve ser verificada por meio de observação direta e crítica da realidade do território. A pesquisa se conecta intimamente com a percepção dos moradores e da experiência como beneficiárias da política pública do PMCMV.

Para a interlocução com os moradores, foi utilizado como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada, para investigação das relações sociais na produção do espaço urbano periférico. A metodologia busca uma perspectiva construída a partir do olhar etnográfico, que interpreta a urbanização como um processo de transformação do espaço por meio da ação das forças sociais. As entrevistas com moradores do Residencial Vista Bela buscaram a dimensão subjetiva no campo discursivo dessas pessoas, para capturar as suas vivências e seus afetos no território, e as implicações do processo de urbanização na transformação do seu contexto socioespacial. Nesse processo, foram criadas as condições favoráveis para fortalecer o senso de pertencimento e, daí, a construção da territorialidade dessas pessoas no espaço em que vivem e realizam as suas práticas sociais cotidianas.

A realização das entrevistas exigiu recrutamento de interlocutores locais. Esse recrutamento teve como parâmetros os critérios de temporalidade e de representatividade, considerando como atores relevantes as pessoas que moram desde o início da implantação do bairro, bem como as pessoas com participação ativa na vida do bairro. Durante o processo de recrutamento, observou-se uma combinação entre os critérios de temporalidade e representatividade. A maioria das pessoas entrevistadas moram no Residencial Vista Bela, desde a implantação do conjunto de HIS (2011), e têm participação ativa na vida do bairro, colaborando no processo de consolidação do território. A realização de entrevistas, foi subsidiada pela pesquisa bibliográfica, para melhor entendimento sobre o processo de implantação do conjunto de HIS e seu impacto na territorialidade de população atendida pela política pública habitacional.

3 ENTREVISTAS COM OS MORADORES DO RESIDENCIAL VISTA BELA

As entrevistas com os moradores do Residencial Vista Bela foram realizadas em 2024,



entre os meses de abril e agosto. Para manter o anonimato dos participantes, foram utilizados nomes fictícios: Tereza, Ana, Denise e Maria Fernanda. As entrevistas possibilitaram o entendimento das condições do bairro nos tempos iniciais (2011), sob a perspectiva das pessoas que vivenciaram o processo de mudança dos seus territórios de origem para o bairro.

As condições iniciais do bairro periférico são permeadas de dificuldades: trata-se de um lugar distante, um canteiro de obras no meio do nada, terra de ninguém, poeirento, violento.

“O começo foi difícil. As pessoas se mudando e não tinha terminado a obra, ainda estavam construindo os conjuntos. Dava pena de ver o pessoal que vinha trabalhar no canteiro, o ônibus não vinha até aqui” (Ana, moradora).

“Esse território foi pensado para ser um depósito de pessoas. Ninguém quer mudar pra cá, estamos no extremo norte da zona norte, estamos isolados de tudo, quase fora da cidade. Estamos na borda. Por isso eu digo, se a Terra fosse plana, a gente estaria na beira do penhasco” (Tereza, moradora).

O isolamento do Residencial Vista Bela da malha urbana consolidada de Londrina na época de sua implantação, combinadas com a precariedade na oferta de serviços públicos, definiu a vida no bairro nos tempos iniciais. A ausência de comércio e serviços no território, presente nos relatos dos moradores, também é um aspecto desse sentimento de isolamento, e acentua a dificuldade das pessoas de estabelecer laços com o novo local de moradia.

“Quando falamos de pertencimento, estamos falando de um histórico de resistência. Aqui não tinha história nenhuma, não tinha apego nenhum. Só tinha dificuldade pra todos nós. A gente não tinha onde comprar um pão. Mesmo que você tivesse dinheiro no bolso, você não tinha onde comprar pão. A gente ficou muito à mercê” (Tereza, moradora).

As precariedades do Residencial Vista Bela, em seus primeiros anos, trazem dificuldades para a sociabilidade de sua população, e de criação de laços e senso de pertencimento, agravando a condição social das pessoas que passaram por um processo de desterritorialização e de ruptura das relações sociais estabelecidas por anos em seus territórios de origem. Além da sensação de isolamento, os moradores do Residencial Vista Bela precisaram lidar com aspectos específicos das novas moradias que criaram dificuldades adicionais.

“No começo era uma mistura, gente de tudo que é lado. Então tinha muito problema, principalmente com lixo. Tinha também a questão das pessoas que se mudaram para os condomínios e que nunca tinham morado em prédio antes. Depois de um tempo, começou a ter uma mudança de comportamento dos próprios moradores” (Denise, moradora).

Devido ao fato de a população ter sido formada por pessoas de vários lugares da cidade, muitas vezes em espaços que já tinham uma territorialidade consolidada, com a presença de grupos de coerção que agiam nesses locais por meio da violência. Segundo Tereza, esse aspecto de violência, de certa forma, migrou para o Residencial Vista Bela.

“Quando chegamos aqui o bairro era muito violento. Porque como tirou gente de tudo quanto é lugar do território, tinha muita rixa de tráfico e de domínio. Porque aqui ainda não tinha dono. E tinha um monte de gente aqui que trabalhava pra outros patrões, em outros grupos, em outros espaços de disputa do tráfico, que vieram se encontrar aqui. E esses acertos de conta, aconteceram muitos” (Tereza, moradora).



A questão da violência dos tempos iniciais, somadas às outras dificuldades mencionadas nas entrevistas com os moradores do Residencial Vista Bela, levaram muitas pessoas a tomarem a decisão de deixar o bairro, mesmo com a possibilidade de acesso à casa própria a partir da política pública do PMCMV. As entrevistas mencionam esse fato, indicando que, mesmo com a precariedade das condições de moradia, essas pessoas enxergavam outros territórios da cidade como preferíveis ao Residencial Vista Bela.

“Muitos dos moradores iniciais não se encontram mais aqui hoje. Inclusive alguns deles foram pras ocupações, como o Flores do Campo, aqui também na região norte da cidade” (Maria Fernanda, moradora).

Os depoimentos dos moradores do Residencial Vista Bela, pessoas beneficiadas pelo PMCMV e que passaram pelo processo de mudança de seus territórios de origem quando foi implantado o conjunto de HIS, revelam uma variedade de características que agudizaram o processo de desterritorialização pelo qual essas pessoas passaram: o isolamento do empreendimento em relação à malha urbana consolidada; especificidades dos conjuntos, como a tipologia de condomínio vertical; falta de oferta de serviços; e violência na vizinhança.

4 CONDIÇÕES DE SOCIABILIDADE NO TERRITÓRIO

As entrevistas com as pessoas que vivem o cotidiano do Residencial Vista Bela possibilitaram o entendimento do território e dos elementos que fazem parte da construção de sociabilidades entre os moradores, processo que envolve o estabelecimento de relações de poder e a construção da identidade local. Da relação entre as subjetividades dos moradores e as características do projeto original do conjunto de HIS, resultam as condições necessárias à territorialidade, do ponto de vista da população que vive a realidade do bairro.

“O que se pode notar na alteração na urbanidade do Vista Bela é a estratégia de sobrevivência dos próprios moradores se adequando pra sobreviver dentro do território” (Maria Fernanda, moradora).

“Todo território de fragilidade econômica e social tem uma tendência a ter uma rendição na condição de propriedade. ‘Eu sou dono dessa casa, mas a quebrada tem um dono’. Quando a gente chegou aqui não tinha nada disso, então existiu todo um processo de construção dessas relações de poder. Aqui não tem um dono só. Porque como as pessoas vieram de muitos espaços, essa não é uma quebrada que tem só um dono” (Tereza, moradora).

A criação de condições de sociabilidade é importante para a territorialidade e um desafio para os moradores do Residencial Vista Bela. A falta de espaços de convivência no projeto do bairro restringiu as possibilidades de encontro entre os moradores, e as condições adequadas para construção de novos laços sociais no novo local de moradia. A alternativa dos moradores é improvisar, daí os encontros nas calçadas e nas portas das casas.

“A gente socializa nas portas das casas porque o bairro é deficiente em espaços de convivência, tanto para as crianças e adolescentes quanto para as famílias, para os idosos, para que eles possam se exercitar e tudo o mais. Faltam serviços de convivência e serviços de fortalecimento de vínculos” (Maria Fernanda, moradora).



As pessoas entrevistadas mencionam a falta de equipamentos públicos adequados para a socialização, o que cria dificuldades no fortalecimento de vínculos, no senso de pertencimento e na territorialização da população do Residencial Vista Bela.

“A gente precisa de mais praças para as crianças brincarem. Falta também um Centro Comunitário para as pessoas se reunirem. A gente improvisa, faz bazar de roupa no quintal de casa” (Denise, moradora).

“O Centro Comunitário passou a ser utilizado como escola, com o argumento de que essa seria uma situação temporária. Ele perdeu esse caráter, pois nunca mais foi cogitada a possibilidade de ele voltar a ter a função original. A população só perde, a população nunca ganha” (Tereza, moradora).

Os depoimentos revelaram elementos que expressam os desejos dos moradores do Residencial Vista Bela, aspectos do bairro que, segundo essas pessoas, poderiam criar novas possibilidades para a materialização das vontades e o fortalecimento da territorialidade: espaços de convivência; espaços de lazer infantil; um Centro Comunitário.

“Pensar o processo de urbanização vai muito além de só uma questão de infraestrutura” (Tereza, moradora).

5 CONSOLIDAÇÃO DO BAIRRO: IDENTIDADE E SOLIDARIEDADE ENTRE MORADORES

A superação das dificuldades iniciais do bairro faz parte das falas das pessoas entrevistadas, evidenciando a natureza do processo histórico de consolidação do Residencial Vista Bela. As pessoas mencionam as melhorias realizadas no bairro a partir da luta dos moradores, que se uniram de diversas maneiras, por um interesse comum. No contexto de precariedade que marca os bairros periféricos, problemas comuns geram soluções coletivas, com maior ou menor grau de espontaneidade. No caso do Residencial Vista Bela, foi fundamental a luta das mães do bairro pela implantação de infraestrutura para seus filhos, em especial o atendimento da demanda por vagas no ensino infantil.

“O que eu identifico que mais mudou de 2011, da entrega das casas pra cá, foi a qualidade na reprodução das relações sociais. Por conta dos equipamentos públicos que hoje são ofertados no bairro, através da luta são hoje materializados no bairro, como por exemplo, a Escola Municipal, o Centro Pró-infância, o CMEI. Esses equipamentos educacionais puderam possibilitar a qualidade de vida dos moradores, tanto das crianças e adolescentes que acessam, quanto dos pais, que podem ter um conforto maior no acesso ao direito, tendo educação ofertada dentro do território. Isso não chega a alterar a condição econômica das famílias, mas ainda assim possibilita melhoria na nossa qualidade de vida” (Maria Fernanda, moradora).

As intervenções realizadas pelos próprios moradores, através de iniciativas individuais e coletivas, também têm importância fundamental na criação de circunstâncias que possibilitam formas de encontro e sociabilidade no território. As soluções são improvisadas, e revelam as tentativas dos moradores de criar condições de sobrevivência no território, por meio de artifícios que buscaram a superação da precariedade que caracterizou os anos iniciais do bairro.

“Não tinha mercado, não tinha farmácia, nenhum comércio próximo, nada. Agora já tem. Tem uma mercearia que funciona dentro do condomínio, uma moradora adaptou o apartamento dela. Pra quem tem criança é bom, porque não precisa sair pra comprar as coisas básicas. Elas vão direitinho, com cartão e tudo, a gente confia” (Ana, moradora).



No processo de consolidação do território, os elementos que compõem a urbanização do bairro são fatores de mobilização e construção de vínculos sociais para a população. No Residencial Vista Bela, as transformações no espaço urbano também estão relacionadas com a iniciativa dos moradores junto ao poder público, por melhoria na qualidade dos espaços públicos.

“Teve uma época, em 2014, que a SEMA passou aqui fazendo a distribuição de mudas. Na primeira etapa, eles entregaram algumas mudas, mas ainda não tinha um envolvimento comunitário com a ideia de ter uma árvore na sua própria calçada. Então as pessoas começaram a pensar em ter sombra, e pra ficar bonito” (Tereza, moradora).

“Foi a mobilização das moradoras que propiciou a doação de 100 mudas pela SEMA. Muitas vezes, o caminhão-pipa da Prefeitura não vinha, então eram as moradoras que molhavam manualmente as árvores que estavam em fase de crescimento. Hoje a maioria das árvores já são adultas” (Ana, moradora).

Segundo a percepção das pessoas que vivem no território, a criação de uma identidade própria faz parte do processo de consolidação do bairro, o que viabiliza o senso de pertencimento das pessoas com o espaço em que vivem.

“Para além dos fatores objetivos, precisamos pensar nas subjetividades. Ter a dimensão da pessoa no espaço é importante porque os indivíduos também imprimem determinadas características no território, então temos ruas aqui que são conhecidas pelas características de quem mora. Tem uma senhora aqui que plantou todas as árvores da rua dela. Ela fez a manutenção da arborização de todo o espaço” (Tereza, moradora).

As entrevistas semiestruturadas com os moradores do Residencial Vista Bela resultaram na descoberta de fenômenos que indicam a participação dos moradores no processo de consolidação do bairro: a implantação dos equipamentos públicos de ensino a partir da mobilização das mães; criação de pontos de comércio com a transformação das unidades habitacionais pelos moradores; e as iniciativas individuais e coletivas, considerando a atuação junto ao poder público (como no caso da arborização do bairro), para melhoria das condições de urbanidade e qualificação do espaço urbano.

6 CONCLUSÃO

A urbanização de periferias urbanas, a partir da implantação de conjunto de HIS viabilizada pelas políticas públicas habitacionais, impactam na territorialidade da população atendida. O Residencial Vista Bela, construído na região norte de Londrina (2011), no contexto do PMCMV, é uma expressão da política pública de habitação. A realização das entrevistas com as pessoas que moram no bairro desde os anos iniciais resultou na descoberta de aspectos da territorialidade do conjunto de HIS, a partir da percepção dessas pessoas sobre suas vivências e experiências no território. A partir das entrevistas com os moradores, foi possível identificar os fatores que determinaram a territorialização dos moradores do Residencial Vista Bela. Num primeiro momento, a ruptura com o território de origem foi intensificada pelo isolamento em relação à malha urbana, sem serviços públicos; pelos aspectos particulares como a tipologia de condomínio vertical; e pelas questões sociais como a violência na vizinhança nos primeiros anos do conjunto de HIS.



Com o estabelecimento de relações entre os moradores do bairro, foram criadas as condições de territorialização a partir do entendimento das necessidades comuns de sociabilidade, expressas em demandas pela criação de espaços de convivência e de lazer para a população. O aprofundamento das relações dos moradores deu-se por meio da implantação dos equipamentos públicos de ensino; da qualificação do espaço, com a arborização das ruas; e da criação de pontos de comércio e serviços no território, por iniciativa dos próprios moradores.

No processo de consolidação do Residencial Vista Bela, o isolamento da malha urbana se transformou com a implantação de equipamentos públicos no território. As melhorias da infraestrutura urbana resultam da mobilização dos moradores, e por meio dessas transformações a população passa a se sentir menos isolada, evidenciando a relação entre a rede de relacionamentos que as pessoas estabeleceram com os serviços públicos que usam. A falta de comércio e de serviços, modificada com a iniciativa dos moradores em transformar as suas casas em pontos comerciais, demonstram a necessidade dos comércios locais para a manutenção da vida das pessoas, assim como transformá-los em espaços de sociabilidade dos moradores, contribuindo para o senso de pertencimento e relações de confiança entre as pessoas do bairro. Essa situação demonstra a convergência entre as necessidades dos moradores, as condições de reprodução social no território e os meios que possibilitaram a territorialidade. Os depoimentos dos moradores indicam, portanto, que no processo de consolidação do Residencial Vista Bela, sedimentou-se o senso de pertencimento das pessoas que vivem no bairro. As demandas da territorialidade expressam as vontades dos moradores, ainda não atendidas no território: a implantação de espaços de convivência, de cultura e lazer, para que a população possa estreitar os laços entre si, criando as condições para o fortalecimento do senso de pertencimento e da territorialidade no conjunto de HIS.

O processo de consolidação do Residencial Vista Bela resume as dinâmicas econômicas e sociais que se expressam na implantação do conjunto de HIS, e demonstra a importância da participação dos moradores que, por meio de estratégias de sobrevivência, criam as condições de territorialidade, a partir das condições dadas na implantação do bairro. Os problemas comuns conduziram a esforços organizacionais, principalmente relacionados ao consumo coletivo. A implantação do conjunto de HIS reproduziu condições de segregação socioespacial, mas também possibilitou a organização de formas de resistência no território da periferia. A realidade produzida resulta da práxis humana, objetivo-subjetiva, que se desenvolve num processo dialético na formação e consolidação do bairro, como parte constitutiva da própria realidade historicamente determinada pelos sujeitos sociais em suas relações reais.

Sempre que há um espaço social, há luta; há luta de dominação, há um polo dominante, há um polo dominado, e, a partir desse momento, há verdades antagônicas. O que quer que façamos, a verdade é antagônica. Se existe uma verdade, é que a verdade é uma questão de luta (Bourdieu, 2019, p.91).

As iniciativas dos moradores do Residencial Vista Bela para atender suas necessidades resultaram em transformações substantivas no território, nas suas condições físicas e nas possibilidades de construção de sociabilidades.



As entrevistas com os moradores do Residencial Vista Bela possibilitaram uma discussão sobre os direitos sociais na perspectiva do território, e revelaram a importância da dimensão territorial na implantação das políticas habitacionais. Os resultados do estudo demonstram que as transformações no bairro, durante a consolidação do conjunto de HIS, são consequência da ação das forças sociais, que buscam reverter os processos de segregação socioespacial por meio de práticas reivindicatórias e da ação coletiva dos moradores. Esse fenômeno tem um impacto substantivo na relação das pessoas com o território, e resulta na construção de sociabilidades e no fortalecimento da territorialidade. Fica demonstrada a importância que a população se organize nos seus territórios, e que os serviços públicos também sejam suporte para essa organização, possibilitando a participação social.

A transformação da sociedade pressupõe um domínio e um gerenciamento coletivo do espaço fundamentado na participação permanente das partes interessadas (Lefebvre, 2007). Territorializar a participação é criar espaços de diálogo para os atores sociais, e incorporar nas políticas públicas as demandas das pessoas e seus territórios. Os resultados do estudo evidenciam a necessidade do fortalecimento do controle social na elaboração e implantação das políticas públicas de HIS nas periferias urbanas.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, D. M. **Minha Casa, Minha Vida**: trajetórias e práticas espaciais na produção de um lugar na cidade de Londrina/PR. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2018.

AYOUB, T. A. A. **Conjuntos habitacionais e espaços livres**: correlações socioespaciais e orientações projetuais. 2014. Dissertação (Mestrado em Metodologia de Projeto) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

AYOUB, T. A. A. **Programas habitacionais e a gestão dos ilegalismos**: regularização fundiária e remoção em Londrina-PR. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

AYOUB, T. A. A.; MATUBARA, A. K.; CABREIRA, L.; FARACO, J. L. Análise da implantação de zonas especiais de habitação de interesse social em municípios integrantes das regiões metropolitanas de Londrina e Maringá. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: EDUFRRN, 2019. p. 23.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.

CORDEIRO, S. M. A. **Obliterrações do direito à moradia na política habitacional de interesse social do município de Londrina - PR**. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social). Universidade Estadual de Londrina, 2015.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. **Rhythmanalysis**: space, time and everyday life. London: Continuum, 2007.



NALESSO, A. P. P.; ALMEIDA, D. M. F.; ALVES, J. M.; AMARAL, W. R. A lógica territorial e a participação na gestão das políticas sociais: lutas, resistências, conquistas e exercício do controle social. *In*: RIZZOTTI, M. L. A.; CORDEIRO, S. M. A.; PASTOR, M. P. **Gestão de políticas sociais**: território usado, intersectorialidade e participação. Londrina: Eduel, 2017.

PASSINI, F. M.; ZAMPAR, B. Luta comunitária e direito à saúde: experiências sobre a conquista da Unidade Básica de Saúde no Vista Bela. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 1-10, 2023.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2007.

VICENTIM, T. N. **Análise do comércio e serviço nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)**: estudo de caso do Residencial Vista Bela - Londrina-PR. 2015. Dissertação (Mestrado em Metodologia de Projeto) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ZANON, E. R.; CORDEIRO, S. M. A.; ARAÚJO JUNIOR, M. E. Avaliação das políticas habitacionais na região metropolitana de Londrina-PR. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 194-218, 2015.